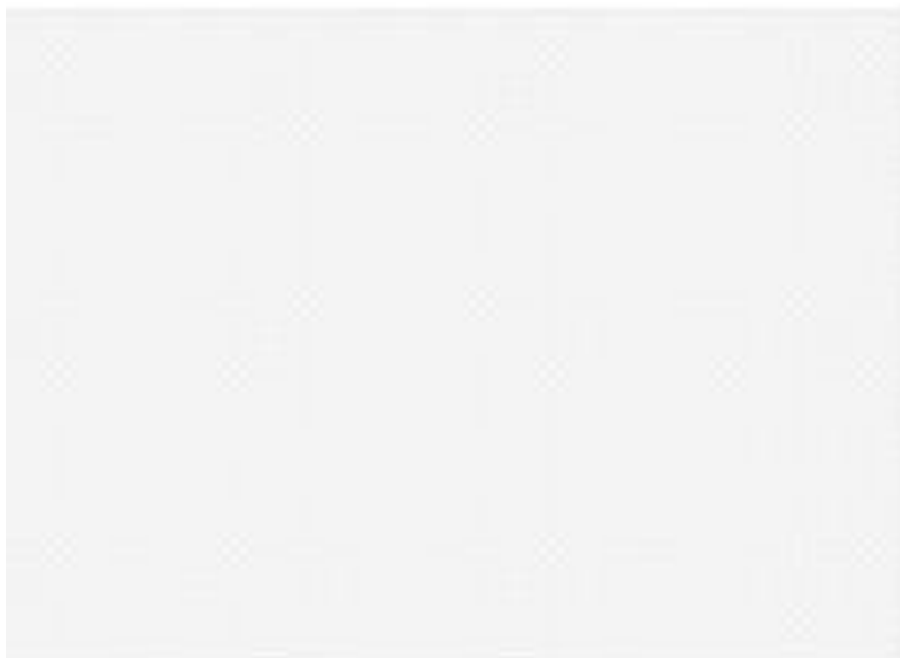




PLATAFORMA PORTUGUESA
PARA OS DIREITOS
DAS MULHERES



PLANO DE ATIVIDADES 2021 | AG 13.12.2020



**PLATAFORMA PORTUGUESA
PARA OS DIREITOS
DAS MULHERES (PpDM)**



PLANO DE ATIVIDADES PARA 2021

SUMÁRIO EXECUTIVO

O plano de atividades para 2021 foi construído tendo por base: (i) os resultados da Convenção da PpDM de 23.02.2019 e as necessidades expressas pelas organizações-membros ao longo de 2020, em particular em 23.10.2020 no âmbito do trabalho de aprofundamento do diagnóstico da PpDMⁱ, e no período de consulta às organizações-membros sobre o Plano de Atividades para 2021, que decorreu entre 26.10.2020 – 13.11.2020, (ii) o *Estudo sobre a Sustentabilidade Financeira das Organizações-membros* que resultou do inquérito realizado às organizações-membros em 2020, (iii) as circunstâncias extraordinárias que vivemos, num período de incertezas e mudanças significativas, reforçadas e/ou criadas pela pandemia da COVID-19 e que continuará a moldar o nosso futuro coletivo, (iv) bem como o contexto intenso que se adivinha ao nível nacional, europeu e internacional durante o ano de 2021 relacionado com a Presidência Portuguesa do Conselho da UE, e o Fórum Geração Igualdade Pequim+25 que, devido à pandemia, terá lugar em 2021.

5 EIXOS ESTRATÉGICOS E OBJETIVOS:

2021

1 - Reforço organizacional

- a. Capacitação, articulação e mobilização da PpDM e das suas organizações-membros
- b. Reflexão feminista sobre os temas trabalhados pela PpDM
- c. Diversificação e sustentabilidade de fontes de financiamento
- d. Estruturação da rede de voluntárias da PpDM
- e. Aprofundamento dos procedimentos internos

2 - Monitorização dos compromissos e políticas públicas, nacionais, da UE, da CPLP e internacionais

- a) CEDAW
- b) Plataforma de Ação de Pequim (PAP)
- c) Recomendação do Conselho da Europa CM/Rec(2019)1 Prevenir e combater o sexismo
- d) Plano de Ação para a Igualdade de Género da CPLP (implementação foi alargada até 2021)
- e) Plano de ação para a igualdade entre mulheres e homens, 2018-2021, e Plano de ação para a prevenção e o combate à violência contra as mulheres e a violência doméstica, 2018-2021

3 - Participação (pro)ativa em processos internacionais, europeus e nacionais de construção de políticas para as mulheres e raparigas

- a) Presidência Portuguesa do Conselho da UE;
- b) Fórum Geração Igualdade (México / Paris);
- c) CSW65
- d) Plano de Recuperação e Resiliência
- e) Portugal 2030

4 - Produção e gestão do conhecimento

- a) Capacitação de organizações-membros, voluntárias e/ou técnicas
- b) Disseminação estratégica
- c) Otimização do Centro de Recursos e Conhecimento Maria Alzira Lemos
- d) Comunicação interna e externa
- e) Grupos de trabalho: prostituição; economia feminista; juventude; mulheres na política; direitos sexuais e reprodutivos numa perspetiva feminista; mulheres da CPLP

5 – Direitos humanos das mulheres e sexismo

- a) Autonomização dos direitos humanos das mulheres como referenciais para as políticas públicas em Portugal, na Europa e no Mundo
- b) Prevenção e combate ao sexismo salientando os seus impactos agravados pela interseccionalidade do sexo com variáveis com efeitos discriminatórios nas mulheres com deficiência, mulheres migrantes e refugiadas, mulheres negras, mulheres ciganas, mulheres jovens.

RELAÇÃO ENTRE OS EIXOS ESTRATÉGICOS E PRINCIPAIS ATIVIDADES

Monitorização compromissos e políticas públicas nacionais, UE, CPLP e internacionais

- Participação 79ª sessão Comité CEDAW; tradução e publicação Relatório Sombra e observações finais a PT
- Finalização e publicação Relatório Sombra PAP +25
- Disseminação recomendações nacionais para implementação da Recomendação do CoE Prevenir e combater o sexismo
- Acompanhamento do Plano de Ação para Igualdade de Género CPLP
- Recolha contributos para avaliação Planos de ação ENIND
- CES

Temáticas chave em 2021

Continuum da violência masculina contra as mulheres e raparigas, nomeadamente Prostituição e violência online; economia feminista/cuidado e orçamentos sensíveis ao género; sexo, género e Direitos Humanos das Mulheres; independência económica das mulheres e carência habitacional

Produção e gestão do conhecimento

- Webinários, workshops, ações (in)formativas, com e para organizações-membros
- 12 webinários e 12 podcasts sobre obstáculos aos Direitos Humanos das Mulheres e 12 entrevistas a pensadoras e especialistas em Direitos Humanos das Mulheres
- 2 seminários internacionais EXIT
- Publicações do Pacto Púrpura, Educação Sexual Feminista, Relatório #ANetDelaOsDireitosDela, Relatório sobre mulheres migrantes e direitos e Newsletter da PpDM
- Atualização do Centro de Recursos e Conhecimento Maria Alzira Lemos
- Atualização permanente do site da PpDM
- Reuniões grupos de trabalho PpDM

Dinamização da Casa das Associações

Direitos humanos das mulheres e sexismo

- Articulação com INR, ACM, IPDJ, ESSCLisboa, estruturas nacionais e entidades de outra índole

Participação (pro)ativa processos internacionais, europeus e nacionais de políticas para as mulheres e raparigas

- Conferência internacional direitos humanos das mulheres no mundo pós-COVID
- Influência e participação na conferência do 10º aniversário da CI, Cimeira Social Europeia e conferências setoriais na área da igualdade de PPUE2021
- Evento LEM PPUE2021
- CSW65: influência declaração política, evento LEM com Presidência PT EU
- Influência das Coligações para a Ação no âmbito do Fórum Geração Igualdade México, Paris
- Contributos para a centralização das mulheres no processo de recuperação e programas de financiamento associados e para o desenho do Portugal 2030
- Influência das políticas de habitação
- Estratégia com programas de saída da prostituição
- Iniciativa Spotlight EU/ONU

- Encontros de reflexão feminista
- Mapeamento de fontes de financiamento e reforço da sustentabilidade das ONGDM
- Dinamização regular da rede de voluntárias
- Reforço de procedimentos internos
- Articulação com as organizações membros por via de campanhas e ações comuns

Projetos, campanhas, participação em eventos a convite e acolhimento quando solicitado

Reconhecimento formal e institucional: Governo e Parlamento

Responsabilidades e atividades decorrentes da coordenação nacional do LEM e da AFEM, da representação e participação no Fórum das Mulheres do Euro-Mediterrâneo, e na Plataforma da Sociedade Civil Europeia Contra o Tráfico de Seres Humanos e do estatuto consultivo especial da PpDM no ECOSOC da ONU

CONTEXTO

Nacional:

- Consequências socioeconómicas da COVID-19 nos direitos humanos das mulheres e raparigas;
- Resistências de determinados setores da sociedade à igualdade entre mulheres e homens e confusões concetuais adjacentes;
- Nova/o Presidente da República;
- Presidência Portuguesa do Conselho da UE: Cimeira Social; Conferência que assinalará o 10º Aniversário da Convenção de Istambul; Conferência sobre as consequências socioeconómicas da COVID-19; eventos do Lobby com a PPUE2021;
- Orçamento do Estado para 2021 – Projeto piloto de programas de saída do sistema de prostituição e orçamentação sensível ao género
- Recomendações do Comité GREVIO a Portugal no âmbito da implementação da Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência contra as Mulheres e a Violência Doméstica (Convenção de Istambul) de 21 janeiro de 2019;
- Recomendações da UPR (Revisão Periódica Universal dos Direitos Humanos) a Portugal de 20 de setembro de 2019;
- Recomendações do Comité da Convenção dos Direitos da Criança (CDC) a Portugal de 9 de dezembro de 2019;
- Estratégia Nacional para os Direitos da Criança, 2021-2024;
- Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania (ENEC);
- Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento, 2018-2022 (ENED);
- ENIND – Estratégia Nacional para a Igualdade e Não Discriminação, 2018-2030: Plano Nacional de Ação para a Igualdade entre Mulheres e Homens, 2018-2021 e Plano Nacional de Ação para a Prevenção e Combate à Violência contra as Mulheres e a Violência Doméstica, 2018-2021;
- [Estratégia Municipal de Intervenção na Área da Prostituição](#), de 15 de novembro de 2018;
- Recomendações do Comité CEDAW ao Estado Português aquando do exame aos 8º e 9º relatórios governamentais em 2015, de entre as quais:

O Comité recomenda que o Estado Parte tome medidas para reduzir o impacto adverso das medidas de austeridade nas organizações não-governamentais que trabalham pelos direitos das mulheres e para a igualdade de género. Em particular, recomenda que o Estado Parte providencie apoio adequado, incluindo assistência financeira, a estas organizações não-governamentais e que as consulte sistematicamente sobre todas as matérias relativas aos direitos das mulheres e à igualdade de género.

(CEDAW/C/PRT/CO/8-9, 20 de novembro 2015, §17; tradução PpDM)

- Territorialização das políticas públicas para a igualdade;
- Programa do XXII Governo Constitucional, 2019 – 2023: “Igualdade de género e combate às discriminações” e, nesse sentido, propõe-se promover a igualdade entre mulheres e homens, promover a efetivação da igualdade de género no emprego, nos salários e nas condições de trabalho, reforçar a transversalidade nas políticas de promoção da igualdade de género, combater todas as formas de violência, em particular contra as mulheres e travar o flagelo da violência doméstica (pp. 127-130);
- Lei 61/XIV Orçamento do Estado para 2021:
 - violência doméstica;ⁱⁱ
 - Orçamento com perspetiva de género;ⁱⁱⁱ
 - Prostituição;^{iv}
 - Habitação.^v

Partes interessadas chave

Organizações-membros da PpDM
Parlamento & Subcomissão da Igualdade e Não Discriminação da Assembleia da República
Conselho Económico e Social
Governo / Ministra de Estado e da Presidência, Secretária de Estado para a Cidadania e Igualdade, Secretária de Estado da Habitação, Secretário de Estado das Finanças, Secretária de Estado dos Assuntos Europeus, Secretária de Estado da Cooperação, Secretária de Estado para a Integração e as Migrações e Rede Ministerial de Conselheiras/os para a Igualdade
Mecanismos institucionais para a igualdade entre mulheres e homens - CIG, CITE
Organizações do Conselho Consultivo da CIG
Comissão Nacional de Direitos Humanos
Plataformas de outros sectores da sociedade civil portuguesa e promotoras dos Direitos Humanos
Câmaras Municipais, em particular de Lisboa
Conselho Municipal para a Igualdade (CMLisboa)

Rede DLBC Lisboa – Associação para o Desenvolvimento Local de Base Comunitária de Lisboa

Instituições de ensino (secundário e superior)

Partidos políticos democráticos com assento parlamentar

Internacional:

- Populismo, extremismo e antifeminismo;
- Estratégia europeia para a igualdade de género 2020-2025;
- Estratégia do Conselho da Europa para a Igualdade de Género, 2018-2023;
- Recomendação CM/Rec(2019)1 Prevenir e combater o sexismo, adotada pelo Comité de Ministros do Conselho da Europa em 27 de março de 2019;
- Necessidade de reforço dos valores da UE e implementação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais;
- Plano Estratégico do LEM a 5 anos e plano de atividades para 2021;
- Brussels’ Call “Together for a Europe free from prostitution”;
- Plano de atividades da AFEM para 2021;^{vi}
- Monitorização dos direitos das mulheres no espaço Euro-Mediterrâneo;
- Fórum Geração Igualdade – conferências mundiais no México e em Paris e coligações para a ação;
- CSW65;
- Ideias falseadas sobre a Convenção de Istambul;
- Plano de Ação para a Igualdade de Género da CPLP (implementação foi alargada até 2021).

Partes interessadas chave

Lobby Europeu das Mulheres

Associação das Mulheres da Europa Meridional

Fundação das Mulheres do Euro-Mediterrâneo

Eurodeputadas/os portuguesas/as e famílias políticas europeias

Parlamento Europeu - Gabinete de Informação em Portugal

Representação da Comissão Europeia em Portugal

UNRIC, Centro Regional de Informação das Nações Unidas para a Europa Ocidental

Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP)

Conselho da Europa

Rede Europeia de Mulheres Migrantes

Fórum NGO CSW

Plataforma da Sociedade Civil Europeia de Combate ao Tráfico de Seres Humanos

Grupos de referência da sociedade civil da Iniciativa Spotlight ao nível global, regional e nacional

Collective Feministe Pekin +25

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL (2019-2021)

Aprovada em Assembleia-Geral de 15 de dezembro de 2018.

1. Órgãos Sociais

i. Assembleia-Geral

- Presidente: APEM – Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres – Teresa Pinto;
- Vice-Presidente: AMCV – Associação de Mulheres contra a Violência – Margarida Medina Martins;
- Secretária: Cooperativa SEIES – Sociedade de Estudos e Intervenção em Engenharia Social – Isabel Rebelo.

ii. Direção

- Presidente: EOS – Associação de Estudos, Cooperação e Desenvolvimento - Ana Sofia Fernandes
- Vice-Presidente: APC – Associação Projecto Criar - Leonor Valente Monteiro
- Tesoureira: Mén Non – Associação de Mulheres de São Tomé e Príncipe em Portugal – Ilidiacolina Vera Cruz

iii. Conselho Fiscal

- Presidente – REDE de Jovens para a Igualdade – Rute Rebocho^{vii}
- Vogal – Associação das Mulheres Cabo-Verdeanas na Diáspora em Portugal – Iolanda Veiga
- Vogal – Akto – Direitos Humanos e Democracia – Rita Brito

2. Representação da PpDM em ONG e outras redes Internacionais

i. LEM - Lobby Europeu das Mulheres

- Conselho de Administração:
 - Membro Efectivo, eleita Vice-Presidente do LEM - Ana Sofia Fernandes (EOS – Associação de Estudos, Cooperação e Desenvolvimento),
 - Membro Suplente – Rute Castela (Graal).
- Assembleia Geral: – Leonor Valente Monteiro (APC – Associação Projecto Criar)

ii. Observatório da Violência Contra as Mulheres do LEM: - Alexandra Silva (EOS – Associação de Estudos, Cooperação e desenvolvimento)^{viii}

iii. AFEM – Associação de Mulheres da Europa Meridional: Nelly Bandarra Jazra e Isabel Romão

iv. Plataforma da Sociedade Civil da UE contra o Tráfico de Seres Humanos: – Sofia Figueiredo (Akto – Direitos Humanos e Democracia)

3. Representação da PpDM em estruturas nacionais

- i. **Conselho Económico e Social:** – Efetiva – Ana Sofia Fernandes; Suplente – Alexandra Silva (ambas EOS – Associação de Estudos, Cooperação e Desenvolvimento)
- ii. **Comissão de Acompanhamento da ENIND** – Alexandra Silva (EOS – Associação de Estudos, Cooperação e Desenvolvimento)
- iii. **Conselho Consultivo da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género** – observadoras – Ana Sofia Fernandes e Alexandra Silva (ambas EOS – Associação de Estudos, Cooperação e Desenvolvimento)
- iv. **Comissão Nacional para os Direitos Humanos** – Alexandra Silva (EOS – Associação de Estudos, Cooperação e Desenvolvimento)
- v. **REDE DLBC LISBOA** – Associação para o desenvolvimento local de base comunitária de Lisboa – Alexandra Silva (EOS – Associação de Estudos, Cooperação e Desenvolvimento)
- vi. **Conselho Municipal para a Igualdade (CMI) de Lisboa** - Alexandra Silva (EOS – Associação de Estudos, Cooperação e Desenvolvimento)
- vii. **Fórum da Sociedade Civil para os ODS** – Alexandra Silva (EOS – Associação de Estudos, Cooperação e Desenvolvimento)
- viii. **Grupo das Entidades Subscritoras do Plano de Ação da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento** (ESPAS da ENED) – Alexandra Silva (EOS – Associação de Estudos, Cooperação e Desenvolvimento)
- ix. **Observatório Crianças e Direitos em Contexto Judicial**
- iv. **Secretária Geral:** Ana Sofia Fernandes

4. Grupos de trabalho da PpDM: Prostituição; economia feminista; juventude; mulheres na política; direitos sexuais e reprodutivos numa perspetiva feminista; mulheres da CPLP (a ser aprovado na AG de 13 de dezembro de 2020).

Recursos Humanos 2021

Ana Sofia Fernandes	Secretária-Geral	Início de contrato sem termo em 21 de março de 2016
Alexandra Silva	Coordenadora de projetos	Início de contrato sem termo em 1 de abril de 2016
Inês Renda	Técnica de projetos	Início de contrato em 1 de setembro de 2020
A contratar	Técnica de projetos	1 posição dependendo de disponibilidade orçamental
A contratar	Assistente de projetos	1 posição dependendo de disponibilidade orçamental

Fornecedoras/es

Câmara Municipal de Lisboa	Cedência de espaço municipal sito no Parque Infantil do Alvito	Protocolo renovado a 26 de março de 2018 por um período de 6 anos, considerando-se automaticamente renovado por períodos iguais ou sucessivos se não for denunciado, com 60 dias de antecedência, por qualquer uma das partes
EDP	Eletricidade da Casa das Associações	Início a 17 de agosto de 2012
Empower Up, Lda.	Alojamento web	Pago anualmente contra recibo relativo a site da PpDM e site campanha EXIT
Allianz Portugal	Acidentes de Trabalho	Em vigor desde as 18:02 horas de 02/12/2016, apólice automaticamente renovada todos os anos desde 02/12/2017
Altice – PT Empresas	Serviços de comunicação eletrónicos – telefone e internet	Em fase de definição de novo contrato

Serviços web	A contratar	A contratar
Acompanhamento financeiro e contabilístico	A contratar	A contratar

Estágios 2020

A identificar	Estágios	2 posições
---------------	----------	------------

Voluntariado

Ana Coucello	Perita
Isabel Romão	Perita
Maria do Céu da Cunha Rêgo	Perita
Regina Tavares da Silva	Perita
Maria Sepúlveda	Jovem ativista
Joana Dias	Jovem ativista
Thays de Sousa Moreira	Jovem ativista
Indira Guerreiro	Jovem ativista
Elizabete Pires	Jovem ativista
Santina Polky	Jovem ativista
Joana Pascoal	Jovem ativista
Catarina Gonçalves	Jovem ativista
Mónica da Rocha Soares	Jovem ativista
Camila Henriques	Jovem ativista
Sara Veiga	Jovem ativista
Naiara Silva	Jovem ativista
Mafalda Abreu	Jovem ativista
Mónica Soares	Jovem ativista
Inês Pinto	Jovem ativista
Barbara Granjeiro	Jovem ativista
Susana Beato	Jovem ativista
Sara Veiga	Jovem ativista
Gabriela Sipaúba	Jovem ativista

Representação da PpDM na AFEM e atividades decorrentes dessa representação a nível nacional e europeu

Participação nas reuniões do Conselho de Administração e na próxima Assembleia Geral da AFEM, eventual transposição das iniciativas da AFEM em Portugal e acompanhamento das iniciativas da AFEM no Conselho da Europa.

Representação da PpDM no LEM e atividades decorrentes dessa representação a nível nacional e europeu^{ix}

As principais prioridades para 2021 encontram-se no plano de atividades do LEM em anexo.

Em junho de 2021 irão ocorrer eleições para a AG, Conselho de Administração e Executivo, pelo que a PpDM deverá desencadear o processo interno vários meses antes com vista a identificar as suas representantes.

Será adotado o novo quadro estratégico para os próximos 5 anos.

Será desencadeado o processo de revisão estatutária.

Transposição das iniciativas do LEM para Portugal e acompanhamento das representantes nos grupos de trabalho do LEM, nomeadamente:

- Taksforce sobre direitos sexuais e reprodutivos numa perspetiva feminista – Maria João Faustino
- Mulheres na política – Isabel Romão
- Economia feminista – Ana Sofia Fernandes
- Grupo de peritas sobre gender budgeting – Ana Sofia Fernandes
- Brussels Call – Ana Sofia Fernandes, Alexandra Silva, Inês Renda, Maria Sepúlveda e Elsa Nogueira

Os mandatos dos grupos do LEM serão renovados em 2021, pelo que haverá lugar a possível nomeação de novas representantes para os grupos que estiverem em vigor.

PROJECTOS PROMOVIDOS PELA PpDM EM 2021

Título	Fonte de financiamento	Período
EXIT - Direitos humanos das mulheres a não serem prostituídas	Programa Cidadãos Ativos - EEA Grants geridos pela Fundação Calouste Gulbenkian e pela Fundação Bissaya Barreto	01/04/2019 a 30/09/2021

Objetivos:

- Compreender como o sistema da prostituição está organizado em Portugal, o que leva as mulheres para a prostituição, que tipo de serviços necessitam para sair do sistema e da situação de exposição à violência e à vulnerabilidade de todo o tipo – económica, social, física, sexual, psicológica, de saúde, etc.;
- Contribuir para a promoção de respostas de saída e organização de serviços de apoio às mulheres na prostituição, o que passa, também, pela promoção de formação para agentes policiais, profissionais de saúde, pessoal técnico de emprego e formação profissional e de serviço social;
- Sensibilizar e formar as e os jovens na promoção de vivências sexuais que se baseiam no respeito e no gozo mútuo do prazer bem como acerca dos perigos da prostituição e dos benefícios do modelo da igualdade no que diz respeito à proteção das mulheres na prostituição e à igualdade entre mulheres e homens, raparigas e rapazes;
- Educar a sociedade em geral acerca do modelo da igualdade ou modelo nórdico.

Atividades em 2021:

- Produção de relatório da investigação;
- Elaboração de *policy papers* tendo por base a investigação e *desk research* efetuada pela PpDM;
- Realização de seminário intermédio (fevereiro de 2021) e final (setembro de 2021);
- Realização de cerca de X ações de conscientização de jovens abolicionistas do projeto Exit para outras/os jovens;
- Organização de um encontro de jovens ativistas abolicionistas;
- Campanha de sensibilização #ExitProstitution #SayNoToProstitution.

Título	Fonte de financiamento	Período
Mobiliza-te Contra o Sexismo	Própria	Todo o ano

Mobiliza-te Contra o Sexismo, financiado pelo Conselho da Europa e implementado em Portugal pela Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres, em cooperação com o Lobby Europeu das Mulheres, decorreu em 2020.

A continuidade do projeto em 2021 vai de encontro às expetativas das organizações que nele se envolveram em Portugal. Esta será, portanto, uma fase dois do projeto, já fora do quadro do projeto financiado pelo Conselho da Europa, e promovida pela Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres.

Objetivos:

- Dar a conhecer a Recomendação do Conselho da Europa (2019) sobre prevenção e combate ao sexismo e contribuir para a transformação de comportamentos, práticas e políticas.
- Conscientização do público em geral sobre o sexismo e as suas manifestações a nível individual, institucional e estrutural.

Atividades em 2021:

- Com a ESCS - Lisboa:
 - Realização de um concurso na Universidade que incentive a criação de peças jornalísticas sobre sexismo nas diferentes áreas.
 - Integração da temática em unidades curriculares e realização de um vídeo sobre a implementação deste projeto em Portugal.
- Com o INR:

Neste momento, encontra-se em discussão um protocolo tripartido PpDM-CIG-INR, que incluirá as seguintes ações:

 - Apoio na adaptação de materiais da campanha (inclusão de língua gestual e tradução para braille) e do website da PpDM, tornando-se acessível a pessoas com deficiência.
 - Apresentação pública do projeto e das traduções na Biblioteca do INR.
- Com o ACM:

Neste momento, encontra-se em discussão um protocolo que incluirá:

 - Tradução da Recomendação do CoE para línguas de comunidades migrantes com presença em Portugal.
 - Realização de 5 ações de sensibilização, à semelhança das que já foram realizadas.
- Com a Rede de Bibliotecas Escolares e através da Rede de Coeducação:
 - Criação de um concurso a nível nacional, em parceria com a Rede de Bibliotecas escolares, que incentive adolescentes de diferentes idades a produzirem conteúdos interativos sobre o sexismo e as suas manifestações.

Outras ações de conscientização poderão ocorrer, nomeadamente em cooperação com organizações da sociedade civil. Continuaremos a dar apoio na divulgação da campanha nas redes sociais.

PROJECTOS EM QUE A PpDM É ENTIDADE PARCEIRA

Título	Fonte de financiamento	Promotor	Período
EUROACE_VIOGEN: Cooperação transfronteiriça de combate à violência contra as mulheres	Interreg, Espanha – Portugal (POCTEP)	IMEX – Instituto de la Mujer da Extremadura	Até 5 de abril de 2021

Objetivos:

- Melhorar a intervenção e a proteção a mulheres vítimas de violência em relações de intimidade através da implementação de mecanismos de cooperação e colaboração entre os dois países;
- Desenvolvimento de instrumentos inovadores de cooperação transfronteiriça.

Atividades em 2021:

- Realização de uma jornada transfronteiriça de inovação social – Mérida
- Desenvolvimento e implementação de curso de especialização online de prevenção e combate à violência contra as mulheres para profissionais de serviços de apoio a vítimas, forças de segurança, e outras/os profissionais que lidam com vítimas (por exemplo, CPCJ) – 100 horas
- Desenvolvimento e implementação de curso de especialização de prevenção e combate à violência contra as mulheres para profissionais do setor da saúde – 2 dias (a articular com a AMCV)
- Desenvolvimento de um protocolo de cooperação e de mecanismos de cooperação transfronteiriça sobre proteção e segurança para vítimas de violência de género
- Reforço da aplicação de questionário à comunidade educativa (online) e análise de resultados
- Reforço da aplicação de questionário a profissionais (online) e análise de resultados
- 3 encontros com a comunidade educativa em Portugal – eventual recurso a gravação com estudantes da Extremadura
- Realização de 40 ações de conscientização junto de escolas secundárias

PROJETOS A AGUARDAR RESPOSTA/ A SUBMETER

Temática	Fonte de financiamento
De viva voz: Conhecimento para uma ação feminista transformadora	Apoio do Estado às ONGM previsto no Artigo 9º do Decreto-Lei n.º 246/98, de 11 de agosto
Criação de uma bolsa de advogados/as com formação na área da não discriminação em função do sexo e de violação do princípio da igualdade entre homens e mulheres em qualquer situação	Financiamento para o apoio financeiro e técnico a organizações da sociedade civil sem fins lucrativos e para ações de combate à discriminação; Financiamento para a formação de públicos estratégicos*
ConsientizArte 2- Direitos Humanos para mulheres migrantes – promovido pela Mên Non; PpDM é entidade parceira	Apoio do Estado às ONGM previsto no Artigo 9º do Decreto-Lei n.º 246/98, de 11 de agosto

*Dependente da abertura de concursos

PARTICIPAÇÃO EM ESTRUTURAS NACIONAIS EM 2021

- **Fórum da Sociedade Civil para os ODS**

- Dinamização do Fórum conjuntamente com a Plataforma de ONG para o Desenvolvimento.
- Contribuição para o desenho e implementação do Plano de Ação da Sociedade Civil para a Implementação dos ODS: alargamento do Fórum a outras organizações, reuniões com os 2 pontos focais governamentais para os ODS (Ministério dos Negócios Estrangeiros e Ministério do Planeamento).
- Evento comemorativo dos 6 anos dos ODS.

- **Plano de ação da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento**

- Realização de 2 ações de capacitação para as ESPAS (Entidades Subscritoras do Plano de Ação da ENED), em articulação com a CIG.
- Disponibilização de 2 recursos educativos em matérias conexas à ENED, em articulação com a CIG.
- Participação ou organização de 1 iniciativa sobre problemáticas de ED com entidades com capacidade de concertação para a melhoria das políticas.

- **Comissão organizadora da MANIFesta 2020-2021**

- Co-realização de 2 webinários sobre 2 dos 4 eixos da MANIFesta: democracia (finais de janeiro, princípios de fevereiro) e igualdade (entre abril e maio).
- Co-realização do evento MANIFesta na Covilhã (último quadrimestre).
- Apoio à elaboração dos cadernos dos webinários e do Manifesto da MANIFesta.

- **Rede DLBC Lisboa**

Implementação de um grupo de trabalho sobre as mulheres nos territórios de Lisboa (depende de aceitação por parte da Rede DLBC Lisboa).

- **Mulheres e habitação**

No contexto das lutas pelos direitos humanos das mulheres, a luta pelo acesso a habitação condigna para as mulheres e para quem se encontra sob a sua responsabilidade, é prioritária. Neste sentido, algumas linhas de ação e exigência são fundamentais. No quadro mais amplo das políticas públicas, é prioritário a concretização do aumento substancial do parque habitacional público, de 2% para 5% como previsto na Nova Geração de Políticas de Habitação. Mas deve acontecer sob a estratégia de articulação, numa dimensão de habitat - da casa e da vida urbana -, criando espaços urbanos mais seguros, mas também mais inclusivos e sustentáveis. Para o desenho dos processos e da aplicação das políticas é importante exigir a efetiva participação das mulheres nas decisões a tomar sobre os lugares que habitam, favorecendo processos de participação onde tenham voz efetiva.

De modo complementar, é urgente a generalização das medidas de ação positiva que favoreçam mulheres em condições claras de desvantagem: famílias monoparentais femininas, sobreviventes de violência em relações de intimidade, entre outras; mas também a suspensão imediata dos despejos sem alternativa habitacional, que afetam desproporcionalmente as mulheres que encabeçam famílias

monoparentais; a criação de respostas mais articuladas e robustas para as mulheres em situação de sem-abrigo, quer em número de vagas de alojamento, quer em tipo de resposta, assim como efetivar o afastamento dos agressores de casa, previsto na lei, mantendo as vítimas de violência em relações de intimidade no local de residência.

- Cartas de lobbying junto do Governo e das Câmaras Municipais.
- Trabalho com organizações e associações de mulheres.

- **Observatório Crianças e Direitos em Contexto Judicial**

- Cartas de lobbying junto do Governo e Provedoria da República.
- Relatório anual de análise de casos.

EIXOS ESTRATÉGICOS E ATIVIDADES: CALENDÁRIO SÍNTESE

Em anexo.

NOTAS DE FIM

ⁱ Em curso no âmbito do projeto EXIT | Direitos Humanos das Mulheres a não serem prostituídas.

ⁱⁱ “Reforçar os mecanismos de proteção e apoio às vítimas de violência doméstica, continuando a promover a expansão e especialização da rede de atendimento e a implementar os novos instrumentos em matéria de prevenção, de formação e de atuação nas primeiras 72 horas após a denúncia, assim como a consolidação da informação para um melhor conhecimento da realidade. Dar continuidade a políticas estruturantes de promoção da igualdade de género através do reforço dos meios para garantir uma atuação consistente no sentido de combater preconceitos e práticas discriminatórias. Prosseguir a política de simplificação legislativa, de consolidação de novos modelos de trabalho e de alargamento do âmbito da avaliação prévia do impacto da legislação, de forma a produzir leis mais simples, eficazes, participadas, facilmente acessíveis e sem encargos excessivos.

ⁱⁱⁱ 1 - O orçamento dos serviços e organismos incorpora a perspetiva de género, identificando os programas, atividades ou medidas a submeter a análise do respetivo impacto na concretização da igualdade entre mulheres e homens em 2021. 2 - No âmbito dos respetivos programas, atividades ou medidas desenvolvidas em 2021, os serviços e organismos promovem a publicitação de dados administrativos desagregados por sexo.” (Artigo 14º da [Lei 61/XIV - Orçamento do Estado para 2021](#)).

Desafio estratégico **Combater as alterações climáticas**

Objetivos	<p>Promover a participação, associativismo, capacitação e empreendedorismo das mulheres na agricultura</p> <p>Desenvolver políticas de mobilidade promotoras da igualdade entre mulheres e homens</p>
Indicadores	<p>Produtores agrícolas singulares <40 anos 25,1% mulheres e 74,9% homens 2016 (INE)</p> <p>Vítimas mortais por acidente de viação 20,6% mulheres e 79,4% homens 2018 (INE)</p> <p>Deslocações/dia por transporte coletivo na Área Metropolitana de Lisboa 60,4% mulheres e 39,6% homens 2017 (INE)</p> <p>Deslocações/dia por transporte individual na Área Metropolitana de Lisboa 50,5% mulheres e 49,5% homens 2017 (INE)</p> <p>Deslocações/dia por transporte coletivo na Área Metropolitana do Porto 59,0% mulheres e 41,0% homens 2017 (INE)</p> <p>Deslocações/dia por transporte individual na Área Metropolitana do Porto 49,3% mulheres e 50,7% homens 2017 (INE)</p>
Medida/ação OE 2021	<p>Estratégia de Segurança Rodoviária 2021-2030</p> <p>Agenda de Inovação para a Agricultura 2020-2030</p> <p>Programa de Apoio à Redução do Tarifário dos Transportes Públicos (PART)</p>

Desafio estratégico **Responder ao desafio demográfico**

Objetivos	<p>Promover a conciliação entre a vida profissional, pessoal e familiar</p> <p>Promover uma divisão igual do trabalho de cuidado e doméstico entre mulheres e homens</p>
Indicadores	<p>Homens que partilharam a licença de 120/150 dias 41,9% 2019 (CITE)</p> <p>Homens que receberam subsídio por licença parental obrigatória do pai 77,4% 2019 (CITE)</p> <p>Homens que receberam subsídio por licença parental facultativa do pai 72,0% 2019 (CITE)</p> <p>Cobertura média no continente das respostas para a primeira infância (creche e ama) 48,4% 2019 (MTSSS/GEP)</p> <p>Cobertura média no continente das Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas, Centros de Dia e Serviços de Apoio Domiciliário para pessoas idosas 12,5% 2019 (MTSSS/GEP)</p>
Medida/ação OE 2021	<p>3 em Linha - Programa para a Conciliação da Vida Profissional, Pessoal e Familiar, incluindo o processo de certificação de entidades com um sistema de gestão da conciliação baseado na NP4552:2016 e o desenvolvimento de projetos direcionados para a igualdade no mercado de trabalho no âmbito do Programa Conciliação e Igualdade de Género</p> <p>Alargamento da gratuidade de frequência de creche a todas as crianças que frequentem creche pública ou abrangida pelo sistema de cooperação e cujo agregado familiar pertença ao segundo escalão de rendimentos da comparticipação familiar</p> <p>Programa de investimento para alargamento e requalificação dos equipamentos sociais da rede pública e do setor social e solidário, incluindo a criação e requalificação de equipamentos e respostas sociais nas áreas de idosos, de apoio à infância e às pessoas com deficiência, que promovam aumento da capacidade e da qualidade das respostas sociais</p>

Desafio estratégico	Construir a sociedade digital
Objetivos	<p>Promover a inclusão digital e a participação das mulheres e raparigas nas áreas das tecnologias de informação e comunicação</p> <p>Incorporar a perspetiva de género como dimensão central dos modelos de gestão inovadores na Administração Pública</p>
Indicadores	<p>Mulheres especialistas em TIC em % do emprego feminino 0,7% 2018 (DESI)</p> <p>Novos alunos inscritos no ensino superior na área das TIC 18,4% mulheres e 81,6% homens 2018/2019 (DGEEC)</p> <p>Alunos inscritos no ensino superior na área das TIC 17,2% mulheres e 82,8% homens 2018/2019 (DGEEC)</p> <p>Diplomados no ensino superior na área das TIC 17,4% mulheres e 82,6% homens 2018/2019 (DGEEC)</p> <p>Serviços e organismos com dados desagregados por sexo publicitados A recolher a partir de 2020</p>
Medida/ação OE 2021	<p>Promoção da inclusão digital das mulheres e respetiva participação nas TIC, no âmbito do Plano de Ação para a Transição Digital, Engenheiras por 1 Dia e INCoDe2030</p> <p>Inscrição de objetivos de boa gestão dos trabalhadores, designadamente no domínio da conciliação da vida profissional com a vida pessoal e familiar nos Quadros de Avaliação e Responsabilização para 2021 dos serviços públicos</p> <p>Promoção da publicitação de dados administrativos desagregados por sexo, no âmbito dos programas, atividades ou medidas desenvolvidos em 2021 pelos serviços e organismos</p> <p>Promoção da inovação e da transição digital na gestão pública, concretizando a Estratégia para a Inovação e Modernização do Estado e da Administração Pública 2020-2023</p>
Desafio estratégico	Reduzir as desigualdades
Objetivos	<p>Garantir as condições para uma participação plena e igualitária de mulheres e homens r mercado de trabalho e na atividade profissional</p> <p>Prevenir e combater a violência contra as mulheres e a violência doméstica</p>
Indicadores	<p>Disparidade na remuneração base e ganho 14,4% na base e 17,8% no ganho 2018 (MTSSS/GEP)</p> <p>Mulheres nos órgãos de administração das empresas cotadas 22% mulheres e 78% homens 2019 (CIG)</p> <p>Dirigentes superiores da Administração Pública 40,8% mulheres e 59,2% homens 2T 2020 (DGAEP)</p> <p>Beneficiários do subsídio de desemprego 57,6% mulheres e 42,4% homens 2020</p> <p>Trabalhadores a receber RMMG 50,6% mulheres e 49,4% homens 2020</p> <p>Pensionistas com pensões até 1 IAS 61,7% mulheres e 38,3% homens 2019</p> <p>Ocorrências por violência doméstica registadas pelas forças de segurança 29 498 ocorrências 2019 (RASI)</p> <p>Vítimas de violência doméstica registadas pelas forças de segurança 76,1% mulheres e 23,9% homens 2019 (RASI)</p> <p>Pessoas acolhidas na Rede Nacional de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica 1982 mulheres, 18 homens e 1634 dependentes 2019 (CIG)</p>

Medida/ação OE 2021

Assegurar o cumprimento das leis da representação equilibrada e da igualdade remuneratória

Majoração do limite mínimo do subsídio de desemprego

Apoio Extraordinário ao Rendimento dos Trabalhadores, incluindo trabalhadores do serviço doméstico

Atualização extraordinária de pensões

Reforço da formação para o combate à violência contra as mulheres e a violência doméstica

Concretização da Resolução do Conselho de Ministros n.º 139/2019, de 19 de agosto, que aprova medidas de prevenção e combate à violência doméstica, assim como do IV Plano de Ação para a Prevenção e Combate ao Tráfico de Seres Humanos

Alargamento e a especialização das estruturas da Rede Nacional de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica

Reforço das políticas públicas de habitação, procedendo ao aumento da oferta pública de habitação, assente na criação de uma resposta habitacional urgente e temporária, na reestruturação do parque de habitação social e na promoção de um parque habitacional público a custos acessíveis

Aumento das dotações na medida 082 - Segurança e Ação Social – Violência doméstica - Prevenção e proteção à vítima

iv Proposta aprovada em sede de negociação:

“Artigo XXX

Projeto-piloto de diagnóstico, apoio e acompanhamento a pessoas em situação de prostituição

1 – O Governo vai promover o lançamento de um projeto-piloto, através das entidades públicas responsáveis e em articulação com autarquias locais e organizações não governamentais, em particular associações de mulheres, para melhor conhecimento, compreensão e desenho de medidas de apoio e acompanhamento a pessoas em situação de prostituição, nomeadamente com as seguintes componentes:

- a) Diagnóstico integrado e concreto acerca das experiências, condições e vulnerabilidades de pessoas em situação de prostituição, especialmente agudizadas no contexto COVID-19;
- b) Análise crítica, com vista à melhoria, dos sistemas de deteção/sinalização de situações de tráfico de seres humanos para exploração sexual, em Portugal;
- c) Desenho e teste de sistemas de apoio específicos e especializados nos domínios da proteção social e familiar, cuidados de saúde, emprego, regularização e documentação no caso de pessoas migrantes, apoio a vítimas de violência sexual e de tráfico de seres humanos;
- d) Desenho e teste de fluxogramas de atuação intersetoriais para apoio a vítimas de tráfico de seres humanos para exploração sexual;
- e) Acompanhamento de pessoas estrangeiras designadamente no apoio ao regresso ao país de origem, à regularização ou ao processo de asilo.

2 – O Governo deve promover ações de formação direcionadas a profissionais que intervenham nas áreas da prostituição e do tráfico de seres humanos para exploração sexual, que promovam uma abordagem que combata estereótipos associados a pessoas em situação de prostituição.”

v “Políticas públicas de habitação: Em 2021, o Governo reforça as políticas públicas de habitação, procedendo ao aumento da oferta pública de habitação, cujo financiamento é passível de ser enquadrado no IRR, na medida em que assenta na criação de uma resposta habitacional urgente e temporária, na reestruturação do parque de habitação social, de acordo com a previsão orçamental prevista para o «Programa 1.º Direito» e na promoção de um parque habitacional público a custos acessíveis.” (Artigo 208º da [Lei 61/XIV - Orçamento do Estado para 2021](#)).

vi Plano à data ainda não aprovado.

vii Em substituição de Nora Kiss a partir de abril de 2020, conforme informação da Rede de Jovens para a Igualdade de 15.10.2020.

viii Em substituição de Isabel Ventura que comunicou desistência em dezembro de 2019. Substituição formalizada em 25 de janeiro de 2020.

ix Plano de Atividades do LEM para 2021 em anexo.